



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

TERMO DE REFERÊNCIA DOS QUARTOS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

1- Licitação para termo permissão de uso oneroso dos quartos 03, 04, 10, 22 e 22 A - localizado no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório s/nº, observando-se a seguir os principais itens.

1.2 - O quarto nº 03 destinar-se-á exclusivamente para o ramo de comercialização pescado (**peixaria**); com área de 25,47m2 conforme parecer técnico da SMCPL e SMS-vigilância sanitária, atender a Resolução RDC nº 216/2004, dispõe sobre regulamento técnico de boas praticas para serviços de alimentação anexo; O quarto nº 04 destinar-se a para o ramo de atividade de **fiambreteria** com área de 22,50m2; O quarto nº 10 destinar-se a para o ramo de atividades de **lancheira, frangueria comercialização de carnes assadas** com área de 21,15m2; e o quarto nº 22 para comercio de **doces e Salgados, não sendo permitida produção no local; e também ramo de fritura de pescados, sendo que somente poderão ser utilizados equipamentos elétricos, e quanto á obtenção do alvará dos bombeiros, será de responsabilidade exclusivamente do vencedor do processo licitatório proceder á alteração do PPCI, já aprovado pelo 3º CRB: com área de 20,63** Quarto 22 A destinar-se-á para comercio de serviço de **barbearia**; com área de 28,22m2.

1.3 - O valor mensal mínimo de locação para o quarto nº03 será de R\$ 560,34(Quinhentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos) e será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do termo de permissão, pelos índices vigentes de variação da (URM) Unidade de Referencia Municipal. O valor mensal mínimo de locação para o quarto nº04 será de R\$ 495,00(Quatrocentos e noventa e cinco centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do termo de permissão, pelo índice da variação da (URM) Unidade de referencia Municipal. O valor mensal mínimo de locação para o quarto nº 10 será de R\$ 465,30 (Quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do contrato, pelos índices vigentes da variação anualmente da (URM) Unidade de Referencia Municipal. O valor mínimo de locação para o quarto nº 22 será de R\$ 434,30 (Quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do termo de permissão, pelos índices da variação da (URM) Unidade de Referencia Municipal. O quarto nº 22 A será de R\$ 620,84 (Seiscentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos) e reajustando anualmente a partir da assinatura do quatro pelos índices vigentes da variação da (URM) Unidade de Referencia Municipal:

1.4 - O prazo de locação será de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do termo de permissão;

1.5 - O valor mensal da permissão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda - SMF;

1.6 - Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

1.7 – Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, condomínio de energia elétrica encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;

1.8 - A área do quarto nº 03 é de 25,47m²; quarto 04 é de 22,50m² do quarto nº 10 é de 21,15m², quarto 22 é de 21,15m² e quarto 22 A é de 28,22m² não será permitido alterar as características arquitetônicas das dependências, bem como a colocação de produtos fora da área mencionada constituindo-se motivo para a imediata rescisão;

1.9 - A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço; as propostas com valor inferior ao estabelecido no edital serão desconsideradas;

1.10 - Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica, e que tem pleno conhecimento do Decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

1.11 - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;

1.12 - O prazo de pagamento da permissão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

1.13 - Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência do presente permissão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do termo de permissão;

1.14 - Todas as obras necessárias serão executadas de conformidade com o MEMORIAL DESCRITIVO DA REFORMA SIMPLIFICADA ANEXA AO PRESENTE referente a cada dependência conforme o ramo de atividade definido com autorização pela concedente. Após a assinatura do termo antes do início da (s) obra(s), deverá ser realizada uma reunião com a participação da locatária, de técnicos da UPU (Unidade de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento) e Comissão de Fiscalização indicada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, a fim de estabelecer todos os critérios para execução dos serviços, andamento das atividades e conclusão das obras. (1.5- M.D.R.S.) Os custos das obras realizados serão de exclusividades do vencedor do presente processo, não serão abatidos no valor das prestações mensais das locações.

1.15 - As benfeitorias (obras) realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;

1.16 - Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de cinco anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

1.17 - A permitente, na vigência do termo de permissão, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

1.18 - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;

1.19 - Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de 500 URM, Unidade de Referência Municipal pelo lapso de tempo devidamente comprovado;

1.20 - O não cumprimento reiterado de cláusulas constituirá motivo para a plena rescisão do termo de permissão;

1.21 - Atestado de visita ao local, declarando que concorda em efetuar todas as obras de conformidade com o Memorial descritivo da Reforma Simplificado do quarto necessários, antes de iniciar as atividades comerciais, bem como as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária, alvará dos bombeiros, bem como outras exigências necessárias para o funcionamento da atividade recomendada, Sendo que o referido atestado será fornecido pela SMPD, após a realização da visita pela empresa participante na dependência. Salientamos que a visita deverá ser agendada dois dias de antes da abertura das propostas junto a SMPD pelo telefone 32-33 84 30.

1.22 - Somente após a conclusão da execução da obra em conformidade com o memorial descritivo da reforma simplificada do quarto com o devido termo de recebimento definitivo da obra pelos técnicos responsáveis pelo projeto ou comissão designada para tal fim, será assinado o termo de ocupação do imóvel, dando assim início a cobrança do valor da locação e a vigência do período de ocupação.

1.23 - Serão vedados à participação de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

1.24 - **Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências do Edital.**

1.25 - Não será permitida a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada, apenas expositores junto à tela com espaço máximo de 0,20cm.

1.26 - Ao ser homologado o vencedor o Termo de permissão só será assinado após a Secretária de Município de Desenvolvimento Primário obter ao alvará dos bombeiros para que a Secretária Municipal da Fazenda possa liberar o Alvará de funcionamento.

1.27 - A escolha da proposta vencedora será para o maior valor ofertado.

1.28 - Os quartos de nº 03, 04, 22, e 22A, não foram contemplados no (PPCI)- PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, com rede de gás liquefeito, portanto e expressamente proibido o uso de aparelhos ligado a gás liquefeito (GLP)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

1.29 – O participante de qualquer um dos quartos 03, 04, 22 e 22A, deverá juntar declaração expressa que esta ciente do não usa de aparelhos ligado a gás liquefeito (GLP).


José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário.